

4

Estudo de campo

Neste capítulo, apresentamos o estudo de campo realizado por meio de uma investigação qualitativa. Buscou-se compreender como os pais casados compartilham a educação e criação dos filhos na atualidade, particularmente no que diz respeito ao exercício conjunto da parentalidade, com a partilha de responsabilidades, tarefas e valores relacionados aos filhos.

4.1

Participantes

A pesquisa foi realizada com quatro mulheres e quatro homens, sujeitos independentes, casados e pais de pelo menos um filho da relação atual. A opção por entrevistar pessoas que coabitam com seu cônjuge e os filhos ocorreu com a intenção de possibilitar o estudo da dinâmica do exercício da coparentalidade em pessoas casadas. Optou-se também por selecionar um número igual de homens e mulheres como participantes, pois assim conseguiríamos analisar as semelhanças e diferenças nas percepções de ambos os gêneros sobre a coparentalidade. Importante ressaltar que os nomes dos participantes foram substituídos por nomes fictícios para preservar a identidade dos mesmos.

Todos os participantes pertencem a segmentos médios da população e residem atualmente na cidade do Rio de Janeiro. A idade dos participantes variou entre 27 e 40 anos, com filhos entre 2 e 6 anos. A faixa etária dos filhos foi limitada com intuito de tornar mais homogêneo o grupo estudado, por enfrentarem questões semelhantes relacionadas à mesma fase do desenvolvimento infantil.

A escolha por esta faixa etária dos filhos se deu considerando que a partir dos dois anos a criança começa a desenvolver habilidades e a demonstrar certo grau

de autonomia que exige dos pais um trabalho maior na colocação de limites. Por outro lado, até os seis anos as crianças ainda necessitam de muitos cuidados práticos que podem constituir em um desafio para a coparentalidade. Margolin (2001) aponta que crianças em idade pré-escolar ainda possuem grandes demandas de cuidados parentais, o que requer um maior nível de cooperação e trabalho em equipe na relação coparental.

Quadro ilustrativo

Participantes	Idade	Formação	Profissão	Idade e profissão do cônjuge	No. de filhos	Idade dos filhos
Renata	31	Biologia	Não trabalha	31 economista	2	5 e 9 anos
Beatriz	29	Psicologia	Psicóloga Clínica	40 advogado	1	3 anos
Cristina	40	Psicologia	Psicóloga Clínica	41 Militar	1	6 anos
Daniela	27	Pedagogia	Não trabalha	29 Músico	1	4 anos
Paulo	32	Comunicação	Com. em multinacional	35 advogada	2	4 anos 3 meses
Tiago	37	Advogado	Funcionário Público	41 Dentista	1	3 anos
Estevão	36	Militar	Funcionário Marinha	38 Professora	1	3 anos
Rafael	35	Advogado	Escritório particular	37 N trabalha	2	2 anos

4.2

Instrumentos e Procedimentos

Os sujeitos foram selecionados a partir da rede de relacionamentos da pesquisadora, que realizou diretamente o contato com os entrevistados. As entrevistas foram feitas nos locais sugeridos pelos participantes, sendo quatro nas residências e as outras quatro nos locais de trabalho dos entrevistados.

A coleta de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas a partir de um roteiro oculto previamente delineado (anexo 1). Alguns temas foram abordados como: a divisão das tarefas de cuidado com os filhos, a percepção individual da coparentalidade, as possibilidades de acordos na educação dos filhos, dentre outros. Os temas foram inseridos na entrevista sem interromper o discurso do participante para não perder a espontaneidade do processo. O material coletado foi gravado em áudio e posteriormente transcrito em sua íntegra pela pesquisadora.

4.3

Cuidados éticos

Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da PUC-Rio sob o número 2014-11 Todos os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa, a confidencialidade das informações fornecidas e o sigilo com relação à identidade de cada um. As entrevistas foram gravadas mediante autorização previa dos participantes que assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, no qual confirmam o caráter voluntário de sua participação e o conhecimento da possibilidade de interromperem o processo quando desejassem (anexo 2).

4.4

Análise e discussão dos resultados

Após a realização e transcrição das entrevistas, todo o material coletado foi submetido ao método de análise de conteúdo, tal como proposto por Bardin (2011).

Desta análise emergiram 6 categorias: um pai mais presente, divisão de tarefas e cuidados com os filhos, semelhanças e diferenças nas práticas educativas, resolução de conflitos, influências da família de origem e suporte coparental.

4.4.1

Um pai mais presente

A maior participação masculina no cotidiano dos cuidados com os filhos foi um ponto destacado em todos os relatos. As mulheres apontaram que seus maridos são pais extremamente participativos e, da mesma forma, os homens entrevistados se reconhecem como pais presentes e atuantes nas questões relacionadas às crianças.

Ele é um pai dedicado, que quer ser presente na vida do filho (Beatriz).

Ele tem prazer e reconhece a importância e valoriza muito o ser pai, ter uma filha, a relação deles (Daniela).

Acho que sou um bom pai, tento ser o mais presente possível. Nos dias que estou em casa é 24 horas para elas, com minha esposa e com ela (Estevão).

Dou muito carinho, é uma coisa natural minha, não preciso me esforçar. Dar beijos e brincar, mas também tenho que dar limites (Rafael).

Os entrevistados reconhecem a importância dessa presença mais participativa dos pais na criação dos filhos, tanto os homens quanto as mulheres defendem a ideia de que a educação das crianças é uma função de ambos os pais. Segundo Araújo (2010), essa concepção está presente na sociedade ocidental desde a segunda metade do século XX, quando mudanças históricas como o movimento feminista e os avanços nos métodos contraceptivos, possibilitaram transformações nas relações entre os gêneros e o surgimento de ideais mais democráticos e igualitários de relacionamento familiar (Jablonski, 2010). Esse pensamento também está de acordo com as bases do conceito de coparentalidade, pois a ideia de uma parentalidade compartilhada é o cerne da definição da relação coparental e, em famílias no primeiro casamento, essa partilha de responsabilidades parentais se dá entre os membros do casal (Frizzo, et. al., 2005).

Sutter e Bucher-Maluschke (2008) definem a paternidade participativa como uma tendência cada vez mais comum, onde homens mostram-se interessados em participar do cotidiano e do crescimento dos filhos, com um envolvimento emocional profundo com a paternidade. Dantas, Jablonski e Féres-Carneiro (2004) apontam para o crescimento de discussões em torno da nova identidade masculina, com uma maior proximidade do contato entre pais e filhos, maiores demonstrações de afeto e uma participação mais ativa do homem durante o crescimento das crianças.

Na maior parte dos relatos, o desejo do homem de estar mais próximo dos filhos e de compartilhar com a esposa as funções da parentalidade é relacionado com uma vivência da ausência do pai na própria infância.

Quando o pai saiu ele sentiu muito a falta e eu acho que isso com certeza ajuda na postura dele com a filha (Daniela).

O que eu tento não herdar foi a ausência do meu pai. Meu pai era muito ausente e isso eu não quero de jeito nenhum (Rafael).

Esse foi um dos grandes problemas meu com meu pai, ele para me ensinar dava porrada na mesa e me chamava de burro para baixo. Isso me massacrou muito e depois que eu fui me dar conta, e quando eu sento para explicar as coisas para ela eu me lembro disso. E sempre tento explicar da forma mais simples e mais carinhosa, se ela não entende, eu tento de novo com calma (Tiago).

Os homens adultos de hoje, que se ressentem da falta na infância de um pai mais próximo e caloroso, desejam na experiência da própria paternidade ter um maior envolvimento afetivo e com mais diálogo do que o que tiveram (Sutter e Bucher-Maluschke, 2008). Os entrevistados almejam essa proximidade com os filhos e relatam essa experiência como extremamente prazerosa, confirmando a tendência, apontada por Lyra (2010), de “homens-pais” que desejam relações mais estreitas com seus filhos e encontram grande satisfação com isso. Schoppe-Sullivan (2008) destacam que crenças mais modernas e menos tradicionais sobre o envolvimento paterno aumentam a chance do desenvolvimento de uma coparentalidade satisfatória, pois os pais colocam-se mais disponíveis e responsáveis em relação aos filhos.

Porém, em dois relatos, foi destacada a percepção de que nem todos os homens na atualidade assumem essa posição de pai presente e participativo, o que demonstra a coexistência, na contemporaneidade, de percepções tradicionais e igualitárias dos papéis atribuídos aos homens na família (Teycal e Rocha-Coutinho, 2007; Jablonski, 2007, 2010).

Participar é uma coisa que eu adoro fazer, eu acho importante isso. Tenho amigos que são pais mais afastados, eu já gosto de participar, eu que quis fazer o curso da maternidade e foi ótimo para mim, eu tinha medo de recém-nascido e tive que aprender, não teve jeito (Estevão)

Eu sempre fiz questão de estar presente. Eu me comparo com meus amigos que tem filhos e tenho certeza que sou um cara muito mais presente e participativo do que a maioria deles. Sem dúvida (...). Sou muito orgulhoso pelo pai que me tornei, pela educação da (nome da filha) (Paulo).

As mulheres entrevistadas mostram uma grande valorização dessa participação masculina, todas falam com orgulho da postura do marido em querer estar presente na vida das crianças. Em três relatos, o marido é caracterizado como um “paizão”, algumas vezes comparado a outros homens que não assumem essa responsabilidade parental da mesma forma.

Acho o (nome do marido) um paizão. Acho a educação que fazemos boa, embora fique mais comigo, a participação dele me ajuda muito. Ele é bem ativo como pai, ele gosta, ele sai do trabalho se tem alguma coisa, qualquer coisa, a prioridade dele é a família (Renata).

Quando elogiam ele eu reforço ‘ele é um paizão’, ainda mais quando vejo meu pai falando que nunca fez isso comigo, nunca chegou perto de uma fralda. Ai, realmente, o (nome do marido) é um paizão, ele trocava muita fralda, ainda mais na época de recém-nascido, eu gostava de ter essa ajuda dele (Beatriz).

Ele é um paizão, um pai-mãe também. Eu reconheço muito o valor dele ser um pai presente, um pai que ama muito a filha, que é muito feliz em ser pai e agir como pai. Tem muita gente que é pai, mas não é. Ele não, ele tem prazer e reconhece a importância e valoriza muito o ser pai, ter uma filha e a relação deles. E para mim isso é muito importante (Daniela).

Cristina também ressalta que a presença e o interesse do marido nas questões relacionadas à filha promovem uma parceria benéfica para toda a família.

Isso que eu acho que é bom, que é a nossa potência. Eu acho que a criança vai percebendo isso, papai e mamãe foram juntos na escola! Acho que a perfeição não vai existir pois somos pessoas diferentes, mas é muito bom poder criar um filho juntos. Essa experiência de um casamento criando os filhos juntos é ótima, ele é a pessoa que está comigo, não gostaria de ficar sozinha para criar a (nome da filha). (Cristina).

Na coparentalidade, esse trabalho conjunto se expressa por um compartilhamento de responsabilidades e um comprometimento mútuo no exercício da parentalidade e é fundamental para uma relação coparental satisfatória. Além disso, essa parceria pode auxiliar na promoção de sentimentos de solidariedade e objetivos comuns para as crianças (Margolin et. al., 2001; McHale e Irace, 2011).

Em relação à tomada de decisões referentes à vida dos filhos, a participação masculina se torna evidente. Todos os entrevistados relataram que o casal costuma conversar sobre essas questões e ambos os cônjuges participam da elaboração das decisões relacionadas às crianças. Os pais fazem questão de tomar conhecimento e

dar opinião sobre aspectos importantes da vida dos filhos, como a escolha do pediatra ou da escola, por exemplo.

Tudo lá em casa referente a (nome da filha) é compartilhado, a gente sempre senta e conversa antes de dormir, ela me traz as situações. Normalmente é assim, eu e (nome da esposa) a gente sempre trata junto das coisas (Tiago).

Essa coisa de pediatra a gente foi junto, ver cada um, chegamos a conhecer uns 3 ou 4. Escola a mesma coisa, babá também, sempre fizemos as entrevistas juntos. Quando tem reunião de pais eu sempre vou (Rafael).

Qualquer decisão sobre a (nome da filha) nós tomamos juntos. Por exemplo, agora ela está em uma escola que ela vai ter que sair ano que vem. E aí eu só estou marcando as entrevistas no dia que ele está de folga pois ele mesmo pediu. E a gente foi junto. Isso eu acho legal, que a gente compartilha das mesmas coisas. Como foi bom nesse dia que a gente foi nas três escolas (Cristina).

Araújo (2008) aponta que, na contemporaneidade, as famílias buscam relações mais democráticas, com decisões tomadas em conjunto, de forma negociada, com o poder e a autoridade divididos entre homens e mulheres. Segundo McHale e Irace (2011) a participação nas decisões sobre os principais aspectos da vida da criança, como moradia, saúde e escolaridade, é um dos critérios utilizados para definir quem são os adultos coparentais de uma família.

Por outro lado, as mulheres entrevistadas apontam para uma outra dimensão dessa participação masculina na criação dos filhos. Ainda que benéfica, a presença constante do marido, com sua forma muitas vezes divergente de conceber a educação e o cuidado, traz mais situações de impasses, em que cada membro do casal tem uma opinião sobre determinada questão da vida das crianças.

Quando eu coloco uma roupa no (nome do filho) ele diz ‘coitado do meu filho, saindo como um mendigo’. Aí ele vai escolher a blusa maneira, o short maneira. Ele escolhe, ele que compra, eu não compro. Aí eu falo: ‘escolhe você a roupa’. Essa coisa da roupa é com ele, quem sente necessidade de cortar o cabelo do (nome do filho) é ele. Quando eu estava grávida e ele descobriu que era menino, ficava sonhando em comprar roupa igual. Para mim não precisa disso porque ele é criança, desde que não esteja sujo (Beatriz).

Meu marido participou da decisão de colocá-la na escola, mas desde que ela entrou nessa escola ele teve muitas críticas. Achava que era tudo besteira minha, que tinha que colocar numa escola normal mesmo. Mas depois de um tempo ele foi se interessando justamente porque ele é músico e nessa escola tem muita música e muita arte (Daniela).

Quando as crianças eram pequenas eu levava para cortar o cabelo e às vezes ele ficava chateado, tipo no verão que eu raspava a cabeça deles. A família toda ficava

chateada pois o cabelo deles era muito bonito, mas assim eles não precisavam lavar a areia em casa (Renata).

O envolvimento paterno é considerado como um fator importante na construção de uma relação coparental satisfatória, principalmente para as mulheres, que se sentem mais apoiadas na criação dos filhos quando o cônjuge demonstra interesse e participa ativamente da parentalidade. Segundo Palkovitz et al. (2014) o nível do envolvimento paterno com as questões relacionadas às crianças está ligado à qualidade da relação coparental e ao comportamento das mulheres em possibilitar e incentivar a participação masculina. Porém, essa participação também pode ser fonte de conflitos, já que ambos os pais se sentem responsáveis e com o mesmo direito de opinar sobre assuntos relacionados aos filhos e, muitas vezes, trazem conceitos divergentes (Buckley e Schoppe-Sullivan, 2010).

4.4.2

Divisão de tarefas de cuidado com os filhos

Em todas as entrevistas foi apontada a existência de uma partilha das tarefas relativas aos cuidados e educação dos filhos entre o casal. Tanto nas famílias nas quais ambos trabalham quanto naquelas em que o homem é o principal (ou mesmo o único) responsável pelo sustento da casa, há o relato do envolvimento de ambos os pais na rotina das crianças. A partilha dos deveres relacionados à criança é um componente importante da relação coparental e a forma como essa divisão de tarefas e responsabilidades é feita mostra-se particular em cada arranjo familiar.

Apesar de todos os entrevistados revelarem um discurso a favor da maior participação masculina nas tarefas parentais, foi observado que, na prática, essa partilha de funções e responsabilidades nem sempre ocorre de forma igualitária nas famílias dos participantes. A maior parte dos entrevistados ressaltou que vive uma divisão desigual das tarefas de cuidados com os filhos, confirmando a tendência das mulheres ainda serem vistas como mais sobrecarregadas com essas funções do que os homens.

Eu faço tudo e às vezes ele ajuda. Mas ele trabalha, eu entendo, eu estou mais em casa. Mas se ele fica sozinho com os meninos e eu volto sem dúvidas a casa está uma bagunça, ele deixa qualquer coisa quando eles estão sozinhos (Renata).

A divisão de tarefas é bem desigual. Eu praticamente não faço nada. A minha obrigação cotidiana com ela é deitar. Chego em casa e fico uma hora com ela, depois vou fazer minhas coisas, estudar (Tiago).

Não é uma divisão equilibrada, a (nome da esposa) faz mais, com certeza. Eu ajudo bastante, mas não tem comparação, ela arruma a roupa, a bolsa da (nome da filha). Às vezes ela me pede para ajudar um pouco mais, para lembrar um pouco mais das coisas. (Estevão).

Por mais que eu me esforce, eu não consigo ter a mesma memória sobre o que tem que fazer com eles (os filhos), ela tem isso muito mais memorizado. Eu acabo esquecendo, ela é tão competente nisso que eu fico mais relaxado (Rafael).

Os pais estão mais envolvidos e disponíveis para participar da vida dos filhos e os entrevistados reconhecem que as responsabilidades sobre as crianças devem ser divididas entre o casal. Na contemporaneidade, observa-se uma visão mais igualitária das atribuições dos pais em relação aos cuidados e à educação de seus filhos, com a concepção de que tanto a mãe quanto o pai devem ser responsáveis e participativos na criação dos mesmos, refletindo o exercício da coparentalidade (Jablonski, 1998, 1999, 2009, 2010; Wagner, Predebon, Mosmann e Versa, 2005; Rocha-Coutinho, 2009, 2011 e 2013; Teycal e Rocha-Coutinho 2007; Wang, Jablonski e Magalhães, 2006; Féres-Carneiro, Ziviani, Magalhães e Ponciano, 2013).

Porém, essa presença masculina na vida dos filhos nem sempre se reflete em uma divisão prática das tarefas domésticas relacionadas às crianças (Sutter e Bucher-Maluschke, 2008). Jablonski (1998) aponta que, embora haja um interesse crescente em participar cada vez mais da educação e dos cuidados com os filhos, essa divisão de tarefas parece utópica, como uma promessa que não é cumprida. Ainda que possam ser observadas na atualidade diversas mudanças nas visões e atitudes dos comportamentos masculinos, muitas contradições ainda se fazem presentes, pois novos e antigos papéis de homens e mulheres se sobrepõem. Muitas vezes prevalecem as antigas concepções de que a mãe é a principal responsável pelo cuidado com os filhos, enquanto ao pai cabe o papel de provedor financeiro da família. (Teycal e Rocha-Coutinho, 2007; Rocha-Coutinho, 2013).

Homens e mulheres relatam que os pais sabem realizar sozinhos quase todas as tarefas relacionadas aos filhos. Porém, nas seis entrevistas onde há um predomínio maior das mães nos cuidados parentais, as tarefas executadas pelos pais são pontuais, específicas e algumas vezes só acontecem porque a mãe está

impossibilitada de realizá-las por algum motivo, como problemas em seu estado de saúde ou compromissos fora de casa.

Eu sempre fiz questão de fazer as coisas, de estar junto e presente. Eu levo a (nome da filha) no colégio e no inglês, dou banho nela e coloco para dormir. Durante a segunda gravidez da (nome da esposa), eu fazia tudo (Paulo).

Na hora de dormir sou eu que deito para ler e colocar ela para dormir. Às vezes a (nome da esposa) vai sair e eu faço, faço tudo, sei fazer tudo. Mas normalmente ela fica o dia inteiro com a (nome da filha) e eu coloco para dormir e acordo de manhã (Tiago).

É mais a (nome da esposa), eu participo mais dando comida, banho, levo para a creche, essas coisas. Mas tudo ela falando, dando as orientações. A divisão não é muito fixa. Às vezes ela me pede para dar uma olhada na (nome da filha), para que ela possa fazer alguma coisa. Não tem uma tarefa que seja especificamente minha, divide só quando eu estou em casa (Estevão).

Nesses casos, a participação masculina é vista como uma "ajuda", corroborando os estudos que indicam que os homens estão mais próximos do dia-a-dia das crianças, mas sua participação ainda é vista como um apoio secundário e periférico (Teycal e Rocha-Coutinho, 2007; Singly, 2007; Jablonski, 2010).

A diferença da atribuição de tarefas é relacionada por quatro entrevistados às diferenças de gênero. Paulo e Rafael apontam que, por razões biológicas e culturais, as mulheres são mais bem preparadas e mais próximas dos filhos. Beatriz e Cristina também perceberam expectativas de seus maridos para que elas assumissem mais responsabilidades pelos cuidados com os filhos, devido ao fato de serem mulheres. Enquanto os homens consideram essa desigualdade natural, as entrevistadas não concordam com essa divisão a partir do gênero, pois acreditam que as mulheres acabam ficando mais sobrecarregadas.

Pode até ser um pensamento machista da minha parte, mas eu acho que a mãe acaba tendo um papel mais presente mesmo no início de vida do filho. Não tem como, ela amamentou, a criança ficou grudada quase como um acessório da mãe, pelo menos um ano. Não tem como a criança não exigir mais da mãe do que do pai, por mais que o pai participe. Não tem jeito. Acho que isso é natural (Paulo).

Ela e mulher, tem mais sensibilidade, muito mais atenta do que eu, sem dúvidas. Acho que é mais da mulher isso, pelo menos na nossa cultura. Não existe uma divisão formal das tarefas, acabou que na prática, na rotina, ela acabou parando de trabalhar. Não só por isso, mas acho que também por essa coisa mais feminina, de ter uma ligação mais forte com os filhos, que carregou eles, toda cultura também incentiva isso. Ela é mais próxima (Rafael).

Mas eu sinto por ser mulher, uma certa cobrança da parte dele, mas não que ele não faça. Eu sinto uma coisa meio velada, tipo tinha que ser você porque você é mulher.

Não é alguma coisa falada, eu só sinto, quando ele faz e mostra: “Tá vendo o que fiz? ”, mas não fala que é uma tarefa minha. Essa valorizada que eu sinto como uma certa cobrança tipo, essa era tarefa sua, porque você é mãe, mulher. Eu acho que ele tem que fazer mesmo, tudo bem que tem essa crença cultural de que mãe que tem que fazer tudo com o filho e o pai tem que prover a casa. Eu acho que não, que tem que ser pai também presente, ajudando, fazendo, brincando (Beatriz).

Tanto Cristina quanto Beatriz afirmam que o trabalho fora de casa, com a consequente diminuição de horas que teriam disponíveis para os filhos, as autorizaram a cobrar de seus maridos uma maior participação com os filhos.

Nessa parte de alimentação, higiene, que teoricamente tem que ser a mãe, em um pensamento machista eu não acho que tem que ser a mãe, tem que ser os dois. Se eu ficasse em casa eu teria que fazer tudo, eu sinto que eu tenho que trabalhar. Se eu não trabalhasse, eu me cobraria mais, ‘agora sim eu tenho que ficar’, mas mesmo assim eu acho que ele por ser pai também tem que entrar nessa. (Beatriz).

As tarefas de casa agora estão todas iguais. Isso foi bem legal, foi uma conquista. Como eu larguei o trabalho no banco para ficar mais disponível para a (nome da filha) ele entendeu que eu ia fazer tudo. Quando voltei para a psicologia foi difícil para ele perceber, tive que ir falando. Ele ficava muito no primeiro acordo. Eu falei ‘presta atenção como a minha carreira andou desde que eu entrei para a psicologia. Então a gente vai precisar refazer esses acordos’ (Cristina).

Ainda que uma divisão rígida de papéis comece a ser questionada, as diferenças entre maternidade e paternidade ainda são atribuídas, em grande parte, a uma naturalização das diferenças entre homens e mulheres (Rocha-Coutinho, 2013 e Castro et. al., 2012). O trabalho feminino fora de casa está intimamente ligado à possibilidade de uma transformação das relações de gênero na família. Embora pesquisas recentes apontem que a entrada da mulher no mercado de trabalho não seja decisiva para uma divisão prática igualitária das tarefas, a contribuição das mulheres para a renda familiar influenciou um movimento em direção a uma maior participação masculina nos cuidados com os filhos (Castro, et. al., 2010; Jablonski, 2010; Rocha-Coutinho, 2010). As mulheres têm convocado cada vez mais seus companheiros a assumir uma parte desses cuidados, mesmo que nem sempre consigam uma partilha dessas funções parentais por igual.

O descontentamento diante da divisão atual estabelecida pelo casal em relação aos cuidados com os filhos aparece em metade das entrevistas. Beatriz não está satisfeita com a forma como essas tarefas são divididas em sua casa e diz que cobra que o marido faça mais coisas, principalmente quando ela não está. Paulo, Estevão e Rafael também percebem o desagrado e a cobrança de suas esposas por estas ficarem com a maior parte das tarefas, ainda que se considerem presentes em

relação aos cuidados com os filhos e não vejam problema nessa divisão atual. Esses relatos apontam para um ponto de conflito entre os casais, onde um dos cônjuges não está satisfeito com a forma como essa partilha é realizada.

Ela sempre cobra um pouco, mas isso é coisa de mulher. O homem faz tudo que ela pede mas mesmo assim é pouco. Eu me comparo com meus amigos que tem filho e eu tenho certeza que eu sou um cara muito mais presente e participativo do que a maioria deles. Sem dúvida. Só que para a (nome da esposa) eu poderia ser mais participativo (Paulo).

Eu tento. De vez em quando eu levo na escola também, ou busco. Quando tem reunião de pais eu sempre vou, mas eu reconheço que quem lembra de ver o que está anotado na agenda é ela. Minha esposa reclama, mas nos últimos tempos tem reclamado menos. Aí ela chama atenção e eu lembro e começo a fazer as coisas, vou na farmácia comprar, pergunto se está precisando de alguma coisa. Mas sem dúvida ainda ela impera (Rafael).

Segundo esses entrevistados, discordâncias sobre a forma como essa divisão de tarefas é feita pode gerar brigas e discussões entre o casal. Uma percepção satisfatória da partilha das tarefas relacionadas aos filhos é, segundo Feinberg (2003) um componente fundamental para a satisfação com coparentalidade, principalmente para as mulheres, e seria mais importante para a qualidade da relação coparental do que a divisão por igual das tarefas em si. Caso as expectativas em relação a esta divisão não sejam atendidas, ressentimentos e sentimentos de injustiça podem tornar-se presentes, afetando a qualidade da relação entre os pais (Jablonski, 2010).

Por outro lado, Daniela, Cristina e Renata afirmam estarem satisfeitas com a forma com que a partilha das funções parentais é realizada nas suas famílias. As duas primeiras relatam que vivem uma situação mais igualitária, na qual a criação dos filhos se dá em conjunto. Renata, por outro lado, assume a maior parte das tarefas relacionadas às crianças enquanto o marido fica responsável pelo sustento da casa, mas também aponta satisfação com essa forma de organização da sua família. Para as três entrevistadas, o critério da divisão das responsabilidades e cuidados com os filhos relaciona-se à disponibilidade e aos compromissos de cada um, e não a questões de gênero. Renata aponta que, por não estar trabalhando, considera natural que fique responsável pela casa e pelos filhos e acredita que, caso a situação se invertesse e o marido não trabalhasse, faria o mesmo que ela. Em uma situação em que ambos trabalhassem, considera que a divisão deveria ser igual entre os dois membros do casal.

Está bem dividido eu acho, não acho que fica muita coisa. Ele trabalha e eu fico em casa. Se os dois trabalham, realmente a divisão de tarefas tem que ser igual. Se alguém está mais em casa, tipo pode ser o pai para falar diferente, então ele fica mais com as crianças. O trabalho dele seria explicar para a mãe o que está acontecendo como ele tratou a situação e ela tem que dar suporte (Renata).

Da mesma maneira, Tadeu relata que não há conflito na sua casa com esse predomínio de sua esposa nas tarefas relacionadas à filha. Porém, em seu relato, ele aponta para uma queixa da companheira em relação ao cansaço com o acúmulo de tarefas.

Às vezes a (nome da esposa) está visivelmente cansada, no dia que ela trabalha por exemplo, aí eu chego em casa e dou o jantar. Não tem muito conflito, quando ela está cansada ela me pede e acabou. Aí eu faço. Ela só reclama pelo cansaço, ela não reclama de mim (Tadeu).

Cada família se organiza em torno da divisão dos cuidados e da tomada de decisões relacionadas aos filhos de forma particular. Pode-se observar que os valores contemporâneos de igualdade e democracia nas relações familiares estão presentes em todos os relatos obtidos. A ideia de que ambos os pais são responsáveis pelos cuidados e criação de seus filhos já parece não ser mais questionada e, com isso, a coparentalidade se torna uma prática comum entre os casais. Em relação à partilha de tarefas práticas de cuidado dos filhos, observamos ainda o predomínio da participação feminina, o que já não acontece em relação à tomada de decisões relacionadas à educação dos filhos, onde ambos os pais parecem participar ativamente.

Na coparentalidade, a partilha de responsabilidades em torno dos filhos é um componente fundamental para a boa relação entre os membros do casal. Porém, mais importante do que uma divisão igualitária de tarefas entre os pais, é a percepção de cada um de que o arranjo que realizam é satisfatório (Schoppe-Sullivan, 2008). Feinberg (2003) aponta que a satisfação é o resultado da relação entre as expectativas e crenças de cada pai em relação à contribuição de ambos os membros do casal na criação dos filhos e a forma como essa negociação acontece. Quando as expectativas da participação dos pais no suporte com os cuidados com os filhos são muito divergentes entre os membros do casal pode haver, segundo o autor, um aumento do estresse que interfere na relação conjugal.

4.4.3

Semelhanças e diferenças na educação dos filhos

Em todos os relatos obtidos por meio das entrevistas foram mencionados desacordos entre os membros do casal em relação à educação das crianças e, em todos os casos, essas diferenças superaram o número de pontos de concordância. Todas as mulheres falaram abertamente da dificuldade em conciliar pontos de vista distintos entre o casal e assinalaram essa articulação das diferenças como uma tarefa complexa da coparentalidade. As entrevistadas identificaram diversos pontos de divergência, relacionados às práticas educativas de cada cônjuge.

Eu às vezes fico falando para ele: ‘não cede, ele está chorando, mas não cede’. Ele acha que ceder é dar aquilo que ele está pedindo, mas não, ceder é: ‘você não pode sorvete porque está com a garganta inflamada’ e quando ele se esgoela, chora, começa a fazer malcriação, pirraça e tal, deixar ele ficar com a pirraça, deixa ele chorar. Aí ele quer contornar: ‘ah filho, toma então esse docinho, não chora não’. Eu fico falando com ele que o ceder não é exatamente você dar aquilo que ele está pedindo, mas é você tentar fazer ele parar de chorar com outra coisa, que acaba sendo outra coisa que ele quer. E o problema é a pirraça e não a tristeza. Eu sou a que, se ele está fazendo pirraça eu sou a que deixa ele fazendo pirraça e sem receber o que está pedindo por causa da pirraça. Eu não cedo (Beatriz).

Mas às vezes isso gera muita briga. Outro dia a gente teve um impasse da vergonha, porque a (nome da filha) é muito tímida. Isso é um problema porque ele fica querendo que a menina seja diferente. E eu falo para ele: ‘olha só, nós não somos as pessoas mais descoladas do mundo, eu não sou, eu era uma criança tímida, já melhorei muito. Você também fica vermelho... Então como que nós dois vamos ter um filho muito descolado?’ (Cristina)

A eleição de determinadas formas de educar os filhos em detrimento de outras está relacionada, dentre outros aspectos, às experiências da família de origem e às características individuais de cada pai, incluindo seus valores, atitudes e crenças sobre o desenvolvimento e a educação de seus filhos (Wagner et. al., 2012). Em um casal, em decorrência de experiências e características pessoais distintas, a construção de uma educação em conjunto para os filhos torna-se um desafio, muitas vezes os pais possuem estilos diferentes para se relacionar com os filhos e, além disso, divergem em importantes aspectos de suas práticas educativas (Feinberg, 2003).

As mulheres costumam ser mais críticas e insatisfeitas com as divergências relacionadas às práticas educativas do casal. Féres-Carneiro et. al. (2014), em um estudo sobre a resolução de conflitos nas famílias da contemporaneidade, também observam que, ao serem questionadas sobre os conflitos familiares, as mulheres

apontam espontaneamente as discordâncias do casal em relação às práticas educativas adotadas por cada um. Van Egeren e Hawkins (2004) confirmam essa tendência ao destacarem que, em um relacionamento conjugal, os homens mostrarem-se mais satisfeitos com a relação coparental que possuem do que as mulheres.

No relato dos homens, apenas Paulo ressaltou as dificuldades relacionadas às diferenças existentes entre ele e a esposa na educação da filha. Afirma que as discussões estão relacionadas ao fato de nenhum dos dois querer ceder ou abrir mão do seu ponto de vista, diz que sempre foi muito “cabeça dura” e que a esposa também.

É muito difícil duas pessoas que pensam igual estarem casadas e se encontrarem, na maioria das vezes você tem essa diferença. Acho que é por isso que a maioria dos casais que tem filho se separa porque é muito mais fácil separar do que tentar resolver os problemas e as diferenças. Quando a (nome da filha) nasceu eu e a (nome da esposa) tivemos um momento bem complicado (...) Cada um tem um certo e um errado e aí todas as diferenças e problemas eclodem em uma situação que pode levar a uma separação. A gente ficou mal, brigando, mas não pensou em se separar (Paulo).

Tiago, Estevão e Rafael, por outro lado, enfatizam que não há muitos conflitos entre eles e as esposas nas questões relacionadas aos filhos e justificam esse aspecto com o fato de terem modos de pensar semelhantes aos de suas parceiras. Os três entrevistados consideram que o casal possui uma boa relação coparental e que essas diferenças não são empecilhos na criação dos filhos em conjunto.

Não temos nenhum impasse na educação da (nome da filha), sempre conversamos e chegamos a um consenso. Os dois mostram os pontos de vista e normalmente o resultado é um ponto de vista comum, incrível como a gente se parece (Tiago)

Não dá muita briga entre a gente. Na maioria das vezes a gente concorda com as coisas (Estevão).

Vejo como basilar para um casamento funcionar, ter uma cumplicidade. Você pode ter diferenças, mas não diferenças que sejam acachapantes. Um é assim e outro é assado, aí não dá. Até agora não teve nenhuma coisa que fosse cada um pensando de uma maneira e sem diálogo. Muito porque a gente se parece, temos visões de mundo parecidas (Rafael).

Porém, ao longo da entrevista, os três apontam diversos pontos de divergência entre eles e as esposas, mas afirmam que essas divergências não geram discussões sérias e hostis entre o casal. Reconhecem em suas famílias a adoção de

práticas educativas distintas, como um dos pais colocar a criança de castigo, enquanto o outro prefere ter uma conversa com o filho, por exemplo.

Tem horas que a gente acaba divergindo na frente dela. Uma coisa que me irrita profundamente é a televisão de manhã antes da escola que está atrasando ela todos os dias para chegar na aula. Aí eu converso com a (nome da esposa) que no dia seguinte vamos acordar mais cedo. Ela enrola para a escola e aí eu entro: ‘Agora não dá mais! Vamos desligar a televisão, vamos nos arrumar, vamos sair’ (Tiago).

Uma coisa que a gente não concorda e porque muitas vezes a (nome da filha) dá um ‘A’ e a (nome da esposa) já vai lá. Isso eu converso. Ela chora, a (nome da esposa) pega no colo. A (nome da filha) já viu que chorando ela consegue as coisas. Isso eu falo: ‘não faça isso’, a gente discordava muito. Eu também fico com o coração partido, ver minha filha chorando, mas meu limite é um pouco maior do que o dela, que é automático. Ela diz que não consegue esperar (Estevão).

O que às vezes acontece é eu achar que ela passou um pouco do ponto e ela achar que eu os protegi. Eu já tive momentos de achar ela rigorosa demais e dela achar que eu não dei importância a algo que tinha que dar, ou quando ela deu uma punição e foi mais severa e depois eu fui lá e dei carinho a eles. E ela vem dizer: ‘poxa, não era para fazer isso, tem que deixar ele sentir’ (Rafael)

Observa-se que nos três relatos as diferenças entre o casal são apontadas, mas há uma postura de um dos cônjuges de evitar discussões. Estevão e Rafael relatam que, na maioria das vezes, não levam a briga a diante, preferindo ceder à opinião da esposa. Tiago diz que quando ele estabelece uma regra ou um castigo para a filha sua esposa costuma ceder, ainda que ela tenha um modo de pensar diferente sobre a situação.

Quando a gente não concorda, um tenta convencer o outro. Normalmente eu acabo sendo convencido mais fácil. Mas nunca deu briga. A (nome da esposa) que decide as coisas, o que a (nome da filha) veste, come. Quando eu dou banho já está tudo separadinho (Estevão).

A (nome da esposa) cede muito mais do que eu, ela tem muito medo de afrontar a (nome da filha) e criar uma situação ruim. Por exemplo, o banho, tem que tomar banho para sair e ela não quer. Aí começa a chorar e a (nome da esposa) deixa sair sem banho e eu digo que não vai sair sem banho. Normalmente eu espero e digo que só vamos sair quando ela resolver tomar banho. A (nome da esposa) tende a ceder, mas quando eu faço isso, ela (esposa) vem para o meu lado, concorda comigo (Tiago).

Estes relatos sugerem que o temperamento dos responsáveis possui um importante papel na construção dos padrões do relacionamento coparental, apontando que as diferenças na personalidade e no temperamento individuais possuem uma relação direta com a qualidade da relação coparental (Belsky et. al., 1995; Stright e Bales, 2003; Mangelsdorf, Laxman e Jessee, 2011). O relato de um

número menos frequente de situações conflituosas não parece estar relacionado a uma inexistência de diferenças entre os membros do casal, mas a uma postura de um dos cônjuges de evitação de conflitos.

Quatro entrevistados acreditam que a existência de diferenças nos pontos de vista sobre a parentalidade, não é necessariamente um impedimento para a construção em conjunto das regras e padrões educativos em suas famílias e afirmam que as diferenças de opiniões podem ser vistas como algo positivo nesse processo.

Uma parceria, passar para o filho essa imagem de casal de pai e mãe parceiros e companheiros, complementares, sabe? Feminino, masculino. Eu acho que também essa questão de estar aprendendo sempre e um aprendendo com o outro. (Daniela).

Acho que nosso sistema familiar com os meninos dá muito certo. Ele me acalma e eu puxo ele (Renata).

O confronto é saudável e faz com que você perceba outro ponto de vista e escute outras opiniões (Paulo).

As diferenças na forma de compreender os filhos e o exercício da parentalidade não impossibilitam a busca de um entendimento do casal e o desenvolvimento de acordos a fim de chegar a uma forma de educar os filhos que seja única do casal (McHale e Irace, 2011). Apesar de alguns estudos correlacionarem a existência de crenças e valores muito distintos com dificuldades na construção de práticas coparentais mais satisfatórias e cooperativas no casal (Belsky, 1995; Van Egeren e Hawkins, 2004), observa-se que é possível um trabalho de negociação e articulação das diferenças. Feinberg (2003) aponta que as discordâncias nos temas relacionados à criação dos filhos nem sempre são prejudiciais à relação coparental, pois alguns casais são bem-sucedidos em “concordar em discordar” e podem manter altos níveis de apoio coparental, negociando as discordâncias de forma mais respeitosa e com menos hostilidade.

4.4.4

Resolução de conflitos

Os entrevistados afirmam que o diálogo é a melhor ferramenta para solucionar impasses com o parceiro em relação aos filhos e acreditam que o respeito é algo fundamental na relação coparental. Há, em todos os relatos, um destaque dos momentos de conversa entre o casal, nos quais cada um expõe sua opinião e aponta

aquilo que não está de acordo no comportamento do outro, buscando encontrar a melhor forma de educar os filhos.

Têm algumas questões que são impasses entre a gente, justamente tem a ver com a escolha que eu fiz da escola, mas com o tempo ele vai enxergando. Ele fala as coisas e eu também vou aceitando, a gente vai concordando (...) São muitos detalhes que a gente acaba se ajustando, criando a melhor forma de criar ela (Daniela).

Sempre deve ter uma conversa entre os pais antes de tomar cada decisão. A palavra de ordem é o respeito, não só para a criança, mas principalmente nas tomadas de decisão do casal. Porque se há uma conversa, um entendimento, se se estabelece um acordo é muito mais fácil você saber como conduzir o resto (...) Eu acho importante que as pessoas não se furtem do diálogo, mesmo quando esse diálogo se torne um confronto. Porque o confronto não é ruim se você não transformá-lo em uma guerra (Paulo).

Essa forma de articular as diferenças, a partir do diálogo e da negociação dos pontos de vista de cada um, reflete um movimento das famílias da contemporaneidade de busca por relações mais igualitárias, baseadas no respeito às diferenças individuais e no exercício da liberdade. Nesse modelo de relações familiares, o poder e a autoridade não são mais centralizados, mas distribuídos democraticamente, com decisões tomadas em conjunto e resoluções de conflito baseadas na negociação e argumentação (Figueira, 1986; Araújo, 2010).

A valorização do diálogo e da negociação pode ser observada não só entre os casais, mas em todos as modalidades de relacionamentos familiares da contemporaneidade (Giddens, 1993). Segundo Féres-Carneiro et. al. (2013), pais e mães destacam o diálogo como primeira alternativa para lidar com conflitos que surgem tanto entre os membros do casal quanto destes com seus filhos.

Em todas as entrevistas, foi espontaneamente ressaltada a importância de que questões relativas à educação dos filhos não sejam discutidas diante das crianças. Os entrevistados reconhecem que os filhos são extremamente afetados quando presenciam situações de confronto e discussão entre os pais.

A gente já brigou na frente dela, já discuti. A (nome da esposa) consegue manter mais a calma, pois ela é muito melhor do que eu nisso, mas já aconteceram discussões. A última reação dela, da (nome da filha), eu vi que ela ficou muito triste. E isso me deu uma freada forte. Antes de começar a falar alguma coisa com a (esposa) eu penso e tento me policiar (Tiago).

Tento evitar ao máximo essas brigas. Às vezes a gente briga na frente dela e teve uma vez que ela sentiu. Ela ficou sentida. Brigamos e depois voltamos logo a se falar. A gente viu que não é legal fazer isso, pois ela ficou mesmo tocada (Estevão).

O principal motivo apontado para evitar as discussões em torno de questões educativas diante dos filhos foi a preocupação de que estas discordâncias tenham efeitos negativos na autoridade dos pais. Todos os entrevistados reconhecem que, quando um dos cônjuges discorda ou repreende o parceiro, há uma desautorização do mesmo diante dos filhos, o que é visto como prejudicial para o processo educativo. Apesar dessa consciência, a quase totalidade dos entrevistados aponta que, nem sempre, é possível evitar a presença da criança nessas discussões. Apenas Renata diz que essas discussões diante dos filhos não costumam acontecer na sua casa. Todos os outros reconhecem que no dia a dia situações de conflito e divergências acabam ocorrendo e, muitas vezes, não é possível evitar que a criança perceba o que está acontecendo.

Isso é a regra ouro no nosso caso, nós somos o time. Nós concordamos, eu concordo com o pai, ele concorda com a mãe, você não pode separar os pais. Mesmo que a gente tenha que sair da situação e ir para o quarto para conversar sobre isso (Renata).

Se ele vai e faz eu não falo com ele, falo depois. E ele me chama atenção, agora não faz mais porque eu já chamei atenção dele para não fazer isso na frente dele. E ele já me pegou chamando atenção na frente dele também. A gente fez um acordo, vamos tentar não fazer na frente dele (Beatriz).

Eu fazia uma coisa horrorosa, que era às vezes falar na hora. Ele ficava muito irritado porque falava que isso tirava a autoridade. Ele estava lá falando e brigando com a (nome da filha) e eu na hora intervinha e tirava totalmente a autoridade dele. Aí isso deu muito problema. Até hoje isso para mim é muito difícil, me vem aquela coisa de mãe, ai meu Deus. Mas o que eu achar que não está bom aqui eu tenho que colocar depois. Agora eu tenho muita dificuldade, mas eu tento falar depois. Esses momentos que eu entrei na fala dele, ela faz uma cara de coitada e eu sinto que aí eu estou favorecendo ela se fazer de vítima e dar uma manipulada (Cristina).

Mas tem momentos que a gente não concorda e eu sinto que atrapalha muito. Um está dando uma bronca e o outro tá achando errado e fala na hora na frente dela, aí o outro não gosta, aí vai misturando as coisas. De uma briga passa para a outra, que é uma briga de casal de como educar o filho. E envolve ela nisso, porque aí na frente dela é horrível (Daniela).

A dimensão do conflito coparental deve ser avaliada a partir da quantidade, frequência e severidade dos desentendimentos em torno dos assuntos da parentalidade, destacando a presença ou não de hostilidade nas discussões, a possibilidade de acordos e a presença da criança nessas situações de conflito (Margolin, 2001, Feinberg, 2003; Van Egeren e Hawkins, 2004). Quando ocorrem com grande frequência e alto grau de hostilidade, os conflitos coparentais podem gerar efeitos negativos em todos os relacionamentos familiares, afetando não só o

casal, mas as práticas educativas destes e o desenvolvimento sadio dos filhos (Margolin, 2001; Villas Boas, et. al., 2010; Mosmann e Falcke, 2011; Mosmann, et. al., 2011).

Maccoby (1990) aponta que, em uma coparentalidade cooperativa, os pais se esforçam para funcionar como uma equipe, buscando ao máximo isolar seus conflitos conjugais de suas funções parentais e do relacionamento com os filhos. Espera-se que cada pai seja individualmente capaz de moldar a tonalidade emocional de suas interações com o outro membro da díade coparental, evitando conteúdos verbais que demonstrem raiva, hostilidade, criticismo ou impaciência excessivos, principalmente diante dos filhos (Lamela, et.al., 2010).

A maior parte dos entrevistados avalia que uma resolução favorável das divergências em torno das regras e limites seria um consenso entre o casal para construir uma forma própria de criar os filhos, com práticas educativas comuns. Porém, nem sempre isso é possível e algumas vezes os pais preferem abrir mão dessa busca pelo consenso, a fim de evitar maiores brigas e discussões. Nos relatos de três entrevistados, os impasses em torno das opiniões divergentes do casal terminam com cada um adotando uma medida educativa diferente com o filho, muitas vezes contraditória àquilo que o cônjuge faz e acredita ser mais correto. Enquanto Cristina vê essa diferença como um problema a ser resolvido entre o casal, Estevão e Paulo afirmam que cada um dos pais ter uma postura diferente diante dos filhos, de acordo com aquilo que acredita ser o certo, é uma forma boa de evitar conflitos em casa.

Na rotina a gente discorda dessa coisa do sono. Eu acho que deve fazer de um jeito e quando é a vez dele, ele deita com ela. Meu jeito é levar ela para o quarto e ir acostumando ela sozinha. Isso é uma coisa que não está bem resolvida. Eu estou fazendo de um jeito, ele está fazendo de outro e não cria uma independência para que ela deite lá e durma sozinha. Isso é uma coisa que a gente ainda discorda (Cristina).

A (nome da filha) adora ficar de cabelo solto, mas a (nome da esposa) quer prender porque ela tem que estar bonita. Pelo amor de Deus, deixa a menina ficar com o cabelo solto! Não acho que é o cabelo solto ou preso que vai fazer dela uma pessoa melhor, ter mais amigos (...) Mas normalmente eu não mudo de opinião, só deixo de criar um problema. Eu falo o que eu acho, 'eu acho errado, você está fazendo com que sua filha fique triste, mas é uma relação sua com ela'. Eu sento e converso com a (nome da esposa): 'vamos combinar que quando você for arrumar a (nome da filha) você resolve e quando eu for arrumar ela eu resolvo'. Fica nisso, é mais difícil dar problema, mesmo você não concordando (Paulo).

Quando tem que brigar a (nome da esposa) já coloca de castigo, e eu tiro a coisa dela (da filha) e converso. É assim que eu faço. Cada um tem um método e não se mete no método do outro. A (nome da esposa) coloca ela sentada para pensar. Eu assisto quieto. Ela vem para mim quando a mãe briga, mas eu não tiro ela do castigo (Estevão).

Os pais possuem uma percepção dos conflitos coparentais como um aspecto prejudicial para o relacionamento familiar e buscam ao máximo evitá-lo. Porém as relações mais igualitárias da família contemporânea permitem que se tornem mais explícitas aos olhos dos filhos as diferenças de pensamentos e atitudes entre pai e mãe e muitas vezes torna-se impossível encobri-las. Para que os filhos não assistam a situações de discussão que poderiam gerar prejuízos na autoridade parental, o casal prefere muitas vezes adotar práticas educativas divergentes e, por vezes incoerentes entre si. Paradoxalmente, essa postura de assumir diante dos filhos práticas educativas contraditórias pode contribuir, segundo Wagner (2003), para uma percepção de uma parentalidade inconsistente dos pais e contribuir para o enfraquecimento da autoridade dos mesmos.

O conflito é uma dimensão inerente à conjugalidade e o principal motivo de desentendimento entre o casal é a relação com os filhos e as questões relativas à criação dos mesmos (Mosmann e Falcke, 2011). O que determina a satisfação conjugal não é a ausência de conflito, mas a forma como essas discordâncias são solucionadas. Da mesma forma, não é possível compreender o relacionamento coparental sem a existência de situações de divergência e conflitos. É a forma como o casal resolve os conflitos surgidos no cotidiano da divisão de cuidados e da educação dos filhos que vai determinar seus efeitos na qualidade da relação coparental e não a existência ou ausência de conflitos em si.

4.4.5

Influências da família de origem

Dentre os participantes da pesquisa, observa-se uma divisão na forma como a experiência vivida na família de origem se apresenta na constituição das práticas educativas de cada um. Três entrevistados afirmam repetir os métodos educativos que vivenciaram na infância com seus próprios filhos, três relatam que tentam fazer o oposto do que receberam de seus pais, e um terceiro grupo, de quatro participantes, percebe tanto benefícios quanto desvantagens da educação que

tiveram e tentam utilizar essas experiências para construir uma nova forma de criação dos filhos. Nesse caso, as recordações da educação que receberam não são avaliadas pelos entrevistados do terceiro grupo como totalmente positivas ou extremamente negativas, há um reconhecimento dos benefícios, porém com algum senso crítico sobre determinadas posturas e decisões dos próprios pais. Dessa forma, podem se utilizar com seus filhos apenas das práticas que consideraram como boas em suas experiências, evitando aquilo que consideram que não foi benéfico para sua vida enquanto criança.

Mas a minha tentativa é essa, ter aprendido com os erros dos meus pais e fazer diferente no que eu acho que devo fazer diferente. Da minha mãe herdei uma certa doçura, e o que eu tento não herdar foi a ausência do meu pai. Quero que seja ao contrário, que eu possa ser um espelho para eles, que eu possa ser um exemplo e que eu possa me divertir com isso. Meu pai não se divertia de ser pai, minha mãe sim, isso eu peguei um pouco dela, talvez. Eu também quero que eles se divirtam comigo, que seja uma coisa bacana ser pai. E o que eu quero usar o exemplo do meu pai é essa coisa de lutar, ser guerreiro, não aceitar pouco da vida, tentar sempre dar o melhor. Se a prova vale 10, tentar tirar 10 (Rafael).

A criação que recebeu da família de origem tem uma forte influência na forma como cada pai constrói sua parentalidade e sua coparentalidade (Van Egeren e Hawkins, 2004; Mangelsdorf, Laxman e Jessee, 2011). Ela se faz presente nos valores que cada um privilegia para passar para seus filhos, nos métodos educativos que escolhe e nos padrões de relacionamento familiar que se estabelecem.

A transmissão de questões transgeracionais como valores, crenças, legados e mitos familiares são inevitáveis e fazem parte da própria estruturação da conjugalidade e, posteriormente, do subsistema parental (Magalhães, 2009). É comum ter seu próprio pai e/ou a mãe como exemplo de autoridade e afeto e tentar repetir essa vivência com seu filho. Porém, outras vezes, a experiência da própria infância não é lembrada como agradável ou benéfica e leva o adulto a querer construir uma forma diferente de ser pai/mãe daquela que vivenciou (Barbosa e Wagner, 2014; Wagner 2007 e 2009).

As críticas realizadas à criação vivenciada pelos entrevistados em suas famílias de origem trazem em comum queixas de um excesso de rigidez e autoritarismo e um relato da tentativa de educar seus próprios filhos com mais flexibilidade.

Na minha criação, eu fui uma criança boazinha, sempre com a expectativa de ser certinha, eu sempre fui um parâmetro de comparação. Eu não podia fazer nada

errado e eu segui muito essa expectativa de não poder fazer nada errado. E com a minha filha eu pude enxergar o quanto mal isso me fez, e fazer diferente. A (nome da filha) teve mais essa flexibilidade (Cristina).

Os limites na minha casa eram pesados, minha mãe sempre foi muito rigorosa e meu pai também. Eu acho que agora estou um pouco mais leve com minha filha do que pegaram comigo (Estevão).

A compreensão crítica das consequências negativas que uma determinada forma de educação vivida na própria infância nem sempre impede que os mesmos padrões de relacionamento sejam mantidos com os próprios filhos. Tiago, por exemplo, traz em seu relato um julgamento negativo sobre a forma como foi criado por seu pai, porém por vezes se percebe agindo de forma semelhante, sendo grosseiro e rígido com sua filha.

Meu pai sempre muito grosso, eu tento não repetir, me policio para isso, mas as vezes eu não consigo, às vezes eu sou realmente muito grosso. Mas eu tento me policiar para não fazer pois é uma coisa que me desagradou, me trouxe más consequências. Coisas que eu vejo que ele fez totalmente errado. Eu tento fazer totalmente diferente do modelo que eu tive, fico preocupado em não reproduzir (Tiago).

Há na contemporaneidade uma tendência à “modernização” dos métodos educativos em que, na busca por formas mais democráticas e cooperativas de relação pais e filhos, a geração atual de progenitores condena a educação exercida nas gerações anteriores, vista como rígida e autoritária (Wagner et. al., 2005; Zanetti e Gomes, 2009). Porém, algumas vezes, ainda que os adultos reconheçam os prejuízos que uma educação rígida e excessivamente exigente trouxe para sua própria formação, essas experiências se mantêm presentes no cotidiano da relação com seus filhos. Falcke e Wagner (2005) apontam que a identidade do indivíduo se constitui a partir daquilo que ele recebe nos legados familiares e que este se insere em uma história preexistente como herdeiro e prisioneiro.

A ausência dos pais também foi relatada como um ponto negativo da criação recebida pelos entrevistados, que expressam a vontade de serem mais participativos na vida dos filhos do que seus pais foram. Jablonski (2010) afirma que, no discurso masculino sobre a paternidade na atualidade, surge o desejo estar mais presente na criação e educação dos filhos do que seus pais estiveram. No presente estudo, observa-se essa tendência tanto em homens quanto em mulheres, com relatos de entrevistados que tiveram mães também ausentes na educação dos filhos por compromissos de trabalho.

Ela trabalhava o dia inteiro e só chegava à noite. Eu me lembro de pedindo, da minha expectativa de esperar ela chegar em casa sempre. Era muito importante para mim, ficava esperando para brincar com ela e ela chegava sempre muito cansada e não podia. Mas eu nunca faria isso com meus filhos, nunca vou fazer com a minha filha e nunca fiz até hoje e sou muito feliz por isso (Daniela).

Minha mãe trabalhava o dia inteiro e meu pai também, e por isso que eu tento ser muito presente. Não que fosse largado, mas ela trabalhava e chegava em casa e ficava com a gente (Tiago).

Meu pai era muito ausente e isso eu não quero de jeito nenhum. Eu e minha esposa tivemos pai ausente e mãe presente, então ela sabe como é isso (Rafael).

Meu pai era afastado, era mais a minha mãe. Eu já gosto de participar (Estevão).

Todos os entrevistados relataram observar essa relação entre a forma como cada membro do casal percebe a educação do filho e o modo como foram educados em suas famílias de origem. Enquanto alguns experimentaram formas muito distintas de criação em relação à dos seus cônjuges, outros apontam semelhanças na educação recebida, que hoje em dia facilitam a construção de um projeto educacional comum para seus filhos.

A vivência de limites foi um aspecto percebido pelos entrevistados como divergente entre o casal, relativo à experiência que cada um viveu quando criança. Cristina e Paulo queixam-se do excesso de rigidez e cobrança com que os respectivos esposos lidam com seus filhos e apontam que essas características se originaram na forma como cada um deles foi criado. Ambos apontam que essa diferença de criação se reflete até hoje trazendo desacordos entre o casal, nas questões relativas aos valores e às práticas educativas que exercem com seus filhos.

Eu sou um cara muito mais liberal, até por criação, por educação, do que ela. Então eu sou uma pessoa muito mais leve no tratar da (nome da filha) na coisa da bronca, por exemplo. A (nome da esposa) é mais incisiva, quando (nome da filha) erra ela já vai em cima. A (nome da esposa) vem de uma educação e criação conservadora, tradicional. O pai dela é machista, gaúcho, tem que estar tudo sempre impecável, sempre tem muito julgamento, as verdades são sempre as verdades absolutas. Acaba tendo uma diferença grande de criação e do que é importante. Para meus pais o que sempre foi importante é o respeito, é o caráter. Não que isso não seja importante para a (nome da esposa) e para a família dela, pelo contrário, mas as perfunctórias que existem em torno dessa criação que ela teve, dessa coisa muito conservadora, que o certo é o deles e tal (Paulo).

Eu olho para uma coisa e meu marido olha para outra, por ele ser mais rígido, tem coisas que para mim ficam nítidas que vem da criação dele. Tipo 'não pode botar o pé no sofá de sapato', e aí às vezes há divergência. E eu tento mostrar 'olha, você está passando uma rigidez para ela também'. Às vezes eu converso com ele, o que foi ruim dele ser ansioso, com medo de errar (...) A criação dele foi péssima, o pai

totalmente rígido, dessas coisas, não pode se sujar, não pode uma série de coisas. O pai dele é uma coisa para mim muito ruim, ele trazia brinquedos mais modernos e aquilo ficava encaixotado, não podia brincar porque não podia quebrar (Cristina).

Renata e Estevão também apontam que as diferenças no modo como eles e seus cônjuges lidam com as regras e os limites em relação aos filhos estão ligadas à forma como foram criados. Porém, ao contrário dos relatos anteriores, não trazem essa experiência de uma educação mais regrada como uma vivência negativa de rigidez. Renata afirma que a vivência de uma educação com regras e rotinas estabelecidas foi benéfica para ela e critica a forma como seu marido foi criado, com poucos limites e obrigações. Relata que o marido tem dificuldades em colocar regras, mas como ele percebe que isso é importante, fica satisfeito quando ela assume essa função. Estevão também aponta essa diferença e acredita que a forma como foi criado, com a mãe mais presente e com mais regras, foi mais benéfica do que a criação que sua esposa recebeu.

A educação que fui criada é muito diferente, tem rotina. É muito ligado na rotina, dormem cedo, acordam cedo. Eu fui criada assim. Meu marido não é tão rígido, mas gosta que os meninos sejam certinhos, que não sejam crianças bagunceiras ou que encham o saco de todo mundo. Então deu super certo. Mas os pais dele não tinham nenhum limite, ele foi criado assim sem limites. Comigo, ele gosta do limite, mas ele não sustenta quando está sozinho (...) O (nome do marido) tenta ficar explicando, ele é mais flexível, mas gosta quando eu faço. É diferente, pois na minha casa as coisas foram 'preto no branco'. Se você está errado, fica no quarto, se estamos em algum lugar, fica lá fora. Eu fui criada assim, gosto desse jeito (Renata).

Eu não me considero rígido. É tipo assim: 'não pode mexer ali', se mexer eu tiro. Eu faço como fui criado, com regras e seguindo as regras. Do clube ao play; A minha esposa não é tanto assim (...) Ela acha que eu sou muito protetor, no parquinho eu fico em cima e ela já deixa a menina mais solta. Minha mãe é igual a mim, quer dizer, eu sou igual à minha mãe (...) Eu sou muito preocupado com estudo, minha mãe era muito preocupada com o estudo, ficava atrás de mim. A (nome da esposa) não soube aproveitar as oportunidades de estudo que teve e depois viu que poderia estar melhor na vida (Estevão).

A vivência de experiências semelhantes às vividas por seus cônjuges na infância foi apontada por três entrevistados como benéfica para a construção das formas comuns de educar as crianças. Beatriz, por exemplo, teve o apoio do marido quando começou a ter dificuldades em dar limites para o filho. Ela avaliou que os castigos que estava colocando já não estavam sendo suficientes e resolveu "dar palmadas" nas situações mais críticas. Segundo seu relato, tanto ela quanto o marido

eram colocados de castigo ou apanhavam quando desobedeciam aos pais e, por isso, ambos consideram estes recursos educativos válidos na educação dos filhos.

Quando eu era criança eu lembro de receber muito não e apanhava por que às vezes eu desobedecia (...) Eu já não estava dando conta de colocar ele (o filho) de castigo, eu achava que o castigo não estava funcionando com ele, a pirraça aumenta, parecia que não estava funcionando. E aí teve algumas vezes que eu cheguei a dar tapa na bunda. Meu marido também achava que não tinha problema bater porque ele apanhava muito também e não ficou traumatizado por ter apanhado (Beatriz).

Mesmo as recordações negativas da criação que receberam, quando semelhantes entre os cônjuges, auxiliam no exercício da coparentalidade, pois ambos percebem a necessidade de fazer diferente com seus filhos e sentem-se mais compreendidos e apoiados quando tomam decisões relacionadas à educação dos mesmos. Daniela, por exemplo, relata que tanto ela quanto o marido viveram uma experiência semelhante de abandono do pai e ausência da mãe pelo excesso de trabalho. Por isso, ambos concordaram com a decisão de Daniela parar de trabalhar para cuidar integralmente da filha. Daniela reconhece que o apoio do marido foi fundamental para que ela conseguisse colocar em prática esse ideal de criar a filha sem o auxílio de empregados.

Nesse ponto eu acho que a parceria do casal é muito importante. Realmente uma pessoa sozinha criar um filho é muito difícil. Ele tem um remorso do pai, que ele já era mais velho quando os pais se separaram e o pai simplesmente sumiu. Quando o pai saiu ele sente muita falta, ele vê muito o lado da mãe que teve que ficar com os três filhos e correr atrás. Ele reconhece muito e sente muito essa falta. Eu acho que isso com certeza ajuda a postura dele com a filha (Daniela).

A transmissão de valores é um dos alicerces do processo educativo. A transmissão transgeracional não só dá identidade à família, como também explica as idiossincrasias que caracterizam o funcionamento da família na última geração (Falcke e Wagner, 2005). Em um casal, cada membro possui uma experiência própria vivida em sua família de origem, o que resulta muitas vezes em formas de pensar questões relativas à educação dos filhos muito divergentes.

Na coparentalidade, cada um dos responsáveis pela criança traz seus próprios valores e experiências das suas experiências infantis e, muitas vezes, estas experiências são distintas. Constitui-se um desafio a articulação desses diferentes legados das famílias de origem na construção de uma educação conjunta dos filhos. Feinberg (2003) aponta que, uma vez que as atitudes parentais são em parte baseadas nas experiências de origem vivenciadas por cada um, é comum que o

acordo nos assuntos relacionados aos filhos – tais como valores morais, expectativas de comportamento e disciplina – seja uma área na qual o casal encontre dificuldades de exercer a coparentalidade.

4.4.6.

Suporte coparental

Todos os entrevistados mencionaram o valor do apoio do cônjuge no exercício da parentalidade, ressaltando a importância do casal funcionar como uma parceria nos assuntos relacionados à criança.

O ideal seria a parceria, totalmente. Eu acho que a gente graças a Deus busca isso (Daniela).

Essa parceria entre pai e mãe varia muito do pai e da mãe, acho que não dá para ter regra. Cada casal tem que encontrar a sua química. O ideal é que os dois participem. Basicamente isso. E tem que haver um diálogo (Rafael)

A gente não vai concordar sempre, a gente vai brigar, mas assim a gente está junto. Mesmo tendo as divergências, é muito melhor ter meu marido do que eu ter que fazer tudo sozinha (Cristina).

Essa percepção do parceiro como um ponto de suporte à própria parentalidade relaciona-se a diferentes comportamentos vividos pelo casal, como o respeito às decisões e à autoridade do outro e o reconhecimento deste enquanto pai/mãe. A participação do outro cônjuge na divisão das tarefas práticas de cuidado com as crianças é um ponto importante do suporte coparental, que surge espontaneamente em todos os relatos dos entrevistados. Há, porém, uma diferença na forma como mulheres e homens dão destaque ao tema. Todas as mulheres apontaram que se sentem apoiadas com a participação do parceiro na criação dos filhos e que essa ajuda é muito importante para elas. Os homens, por outro lado, ressaltam que se preocupam em estar presentes nas tarefas cotidianas, pois dessa forma auxiliam suas esposas a cuidar das crianças. Em ambos os casos, a ênfase é dada ao suporte masculino à mulher na execução das tarefas parentais e nunca ao contrário, mesmo nos casos em que o entrevistado afirma viver uma divisão igualitária de funções em sua família.

O mais difícil na criação dela é a alimentação. Ela não se interessa por comida, tem que empurrar. Meu marido me ajuda muito nessa questão, mas ele não é igual a mim. Até porque quem fica às tardes com ela sou eu. Às vezes, quando ele está ele

dá comida e aí ele vê como é. Eu digo: ‘tá vendo, eu passo por isso todo dia’ (Daniela).

Participar é uma coisa que eu adoro fazer, pegar, dar banho, ficar com ela, levar na escola. Eu acho importante isso. A (nome da esposa) decide as coisas, como o que ela veste, o que ela come. Eu dou banho e quando saio já está tudo separado (Estevão).

Esse dado reforça a ideia de que essa dimensão da vida familiar ainda é vista, na maioria das vezes, como pertencente essencialmente às mulheres. A participação masculina, nesse caso, é tida como uma ajuda secundária e recebe uma valorização muito maior do que as tarefas cotidianas exercidas pelas mães (Jablonski, 2010; Rocha-Coutinho, 2011).

Uma outra forma de suporte citada nas entrevistas é o apoio às decisões do outro, referentes a questões parentais. Todos os entrevistados falam da importância dessa unidade entre as práticas educativas do casal, apontando prejuízos na autoridade dos pais quando estes tomam medidas e decisões divergentes com as crianças. Mesmo quando não concordam com a postura do parceiro, acreditam ser fundamental dar esse suporte ao outro e manter aquilo que já foi acordado com a criança.

O ideal de um casal para educar os filhos é que nunca um contrarie o outro, quando discordar não fazer na frente da criança. O ideal é como se os dois fossem um só. Eu sempre pergunto: ‘o que a sua mãe falou?’, e mesmo assim ela já mentiu. O ideal é que os dois funcionassem como um só (Tiago).

Temos uma combinação natural para nunca discordar na frente dos filhos sobre eles. Às vezes ficamos chateados e falamos, mas as regras nunca na frente deles. Quando eles perguntam, tipo, eu sei quando eles já perguntaram ao (nome do marido), dá para ver, eu digo: “o que o seu pai falou? Vamos ver com o seu pai”. Eles tentam de vez em quando, e perguntam de novo, de novo, de novo. Eu peguei isso dos meus pais, meu pai sempre respondia, “pergunta a sua mãe”, “sua mãe decide e eu concordo com ela”. Meu pai sabia que se a gente fosse para ele, é por que minha mãe já tinha falado um não (Renata).

Apesar desse reconhecimento, seis participantes relatam momentos nos quais a regra estabelecida por eles ou pelos parceiros é questionada pelo outro cônjuge, ou mesmo não mantida diante da criança.

A professora veio conversar comigo que a criança muito nova não é bom ver muitos filmes, pois já é uma realidade pronta e ela não cria as próprias histórias. Eu tirei os filmes que ela assistia e passei a brincar muito mais com ela, construir essa realidade que a professora falou. E aí, quando ele chega, acha que é tudo exagero, fora do mundo que a gente vive hoje. Ele não concorda muito que eu não possa colocar filmes para ela, então eu evito ao máximo e ele acha que não tem problema. Ele me respeita, mas coloca muito mais filme do que eu (Daniela).

Quando eu tomo uma decisão, ela não se mete. Ela pode até vir falar comigo depois. Quando eu não estou em casa, quando estou embarcado, algumas decisões que eu tomo ainda são mantidas por ela, outras não (Estevão).

Quanto um coloca um limite ou castigo, a gente já se fala e avisa: “olha ela não vai ver desenho hoje, por isso, isso” e o outro vai até o fim. Eu tenho mais dificuldades, mas eu não passo por cima, se ele falou uma coisa. Às vezes eu não concordo da forma, aquela coisa do castigo, e falo: ‘vamos rever isso daí. É muito tempo. Isso já está passando para o lado da sua raiva’. Eu tenho muita dificuldade, mas tento falar depois (Cristina).

O suporte à coparentalidade do parceiro não se esgota na partilha da responsabilidade da educação dos filhos, mas inclui uma cooperação e apoio às decisões do parceiro, com a absorção destas na sua própria relação individual com os filhos. A diferença de postura do parceiro pode ser vista como um enfraquecimento da parentalidade daquele que estabeleceu a regra, podendo ocasionar conflitos no casal (Maccoby et. al., 1990). Nas entrevistas, o apoio incondicional dado às decisões do cônjuge perante os filhos é sempre apontado como um modelo idealizado de funcionamento coparental, que nem sempre se revela possível de ser sempre mantido na prática.

Três entrevistados falam do suporte do cônjuge em situações de conflito com os filhos. A intervenção de um dos membros do casal a favor do parceiro em um conflito com a criança, buscando dar suporte àquele que já está desgastado com a discussão, é sentida como uma importante forma de apoio do cônjuge ao exercício de sua parentalidade.

Às vezes se um ou outro está bem chateado, eu ou (nome do marido) entra na situação e fala “acho que agora você está um pouco fora de controle, você não está pensando racionalmente, eu vou cuidar”. O outro entra para dar uma distância, um descanso. Isso funciona super bem também. Já chamei ele algumas vezes no trabalho: “olha, hoje nada está dando certo, você pode chegar em casa um pouco mais cedo para me dar uma força?” e ele vem. Isso é suporte 100% (Renata).

Essa parceria é até para as brigas, às vezes um interfere a favor do outro. Quando ele vê que ela está difícil, ele interfere e fala: ‘não é assim que fala com a sua mãe’. Ele coloca muito para ela e eu tento fazer o mesmo (Daniela).

Quando a (nome da esposa) briga com a (nome da filha) eu converso com ela e explico porque a mãe brigou. A gente sempre pede que a (nome da filha) peça desculpas com o outro pelo que fez (Estevão).

O suporte parental inclui a busca de estratégias conjuntas para alcançar os objetivos traçados em relação à criação dos filhos além da percepção que cada um tem de ser apoiado em seus esforços enquanto pais, vivenciando sentimentos de

solidariedade e de crescimento em conjunto em direção à formação de um subsistema executivo unificado (Feinberg, 2003; Palkovitz et al. 2014). A parceria entre os responsáveis, visando um suporte mútuo das práticas educativas, é apontada nos principais estudos sobre a coparentalidade como fundamental para um relacionamento coparental satisfatório (Margolin, 2001; Feinberg, 2003; Van Egeren e Hawkins, 2004).

Todos os entrevistados afirmaram que, de alguma forma, sentem-se reconhecidos pelos parceiros como bons pais. O elogio direto ou a valorização das suas atitudes enquanto pai/mãe é uma das formas de reconhecimento apontadas no relato de quatro participantes. Uma outra forma, presente em duas entrevistas, seria através de elogios indiretos, feitos para outras pessoas como os filhos ou outros familiares.

Eu acho que ele me reconhece, quando eu tenho minhas crises, minhas culpas, de que não estou fazendo isso bem... Sempre que eu tenho essas crises, ele vem e fala isso, fala um monte de coisas, elogia. Ontem mesmo estava muito mal, sem paciência para a (nome da filha). Ele fala 'relaxa, você é uma boa mãe, não fica assim' (Cristina).

Ele fala muito, demonstra dizendo que não conseguiria fazer o que eu faço, ele entende e me dá valor (Renata).

Eu me sinto reconhecido, não posso reclamar. Acho que a (nome da esposa) valoriza isso, me reconhece para a minha filha e isso é muito legal. Eu me sinto um bom pai porque elas fazem com que eu me sinta assim. A (nome da esposa) sempre fala com a (nome da filha) sobre isso, 'manda beijo para o papai', 'fala que você ama ele'. Sem a menor sombra de dúvida, para mim isso é um retorno fantástico (Paulo).

Eu me sinto reconhecido como bom pai, ela fala. Fala para as outras pessoas (Estevão).

A capacidade dos membros do casal reconhecerem um ao outro enquanto bons pais é um outro aspecto importante relacionado a uma boa relação coparental. O suporte coparental vai além dos aspectos práticos de compartilhamento de responsabilidades nos cuidados parentais, incluindo os aspectos emocionais da relação, através da expressão de afeto positivo entre os parceiros em situações de coparentalidade e dos esforços em promover um senso de forte díade coparental na ausência do cônjuge através de referências ao parceiro para a criança de forma positiva (Van Egeren e Hawkins, 2004).

A maior parte dos entrevistados não mencionou nenhuma experiência de críticas ou cobranças do parceiro em relação a sua prática parental, apenas Beatriz e Rafael relatam essas vivências negativas. Beatriz aponta o quanto as críticas do marido afetam a cooperação do casal na divisão dos cuidados do filho, pois ela abre mão de vesti-lo, deixando apenas que o marido o faça. Rafael, por outro lado, mostra que as cobranças e críticas da esposa afetam a sua sensação de ser reconhecido enquanto bom pai.

Quando a gente não concorda, a gente discute. Por que geralmente vem em forma de crítica. Tipo ‘ah, eu não concordo’, não é assim, é: ‘ai que roupa feia!’, vem como crítica e me deixa com raiva e vira briga. No fim, não acho que acaba resolvido, acaba alguém cedendo com raiva, não resolvido. Como a roupa, se ele critica a roupa que eu coloquei, já não quero mais escolher. Já evito escolher, mas não porque está bem resolvido. Se ele fala isso, então ele que faça (Beatriz).

Às vezes eu me sinto reconhecido na minha participação, às vezes não. Mulher é sempre insatisfeita, então é difícil ela sempre reconhecer. Em datas especiais ela vem e me reconhece ou às vezes tem alguma coisa que eu faço que ela fala que eu sou um bom pai. Mas sempre tem um estranhamento aí, pois ela sempre acha que eu poderia dar mais (Rafael).

As críticas e cobranças explicitam a contrapartida do suporte coparental, que consiste no desmerecimento do parceiro através de práticas que contribuem para o enfraquecimento do exercício da sua parentalidade. A desvalorização ou desmerecimento podem ser explícitas e hostis, como ofensas, críticas e abordagens competitivas relacionadas à criança, mas também acontecem de uma forma mais sutil, como interrupção constante da fala do parceiro dirigida à criança ou à falta de suporte em suas decisões (Belsky, et. al., 1995; Palkovitz et al. 2014). Schoppe-Sullivan e Mangelsdorf (2013) apontam que a vivência de situações frequentes de desmerecimento pode afetar não só o relacionamento coparental, mas também contribuir para o aumento de comportamentos desajustados nas crianças e comprometer a qualidade conjugal ao longo do tempo.